

---

# ***Instituto da Oportunidade Social***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores  
Instituto da Oportunidade Social

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto da Oportunidade Social ("IOS" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

As informações suplementares apresentadas na Nota 2(c) às demonstrações financeiras, preparadas sob a responsabilidade da administração do Instituto, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos de auditoria sobre essas informações e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Instituto da Oportunidade Social

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

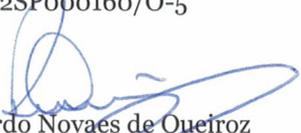


Instituto da Oportunidade Social

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de outubro de 2018

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Ricardo Novaes de Queiroz  
Contador CRC 1DF012332/O-2

Instituto da Oportunidade Social - IOS  
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89  
Balço patrimonial em 31 de dezembro  
(Em Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.042,50	469.967,52
Caixa e equivalentes de caixa projetos	4	392.379,86	2.001.144,29
Convênios a receber	5	-	1.467.840,33
Adiantamentos	6	79.747,74	146.388,36
Despesas antecipadas		132.310,70	108.813,46
Outras contas a receber		252,00	6.842,00
<b>Total do circulante</b>		<b>681.732,80</b>	<b>4.200.995,96</b>
<b>Não Circulante</b>			
Imobilizado	7	2.511.877,28	1.249.494,19
Intangível	8	140.069,93	166.003,53
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.651.947,21</b>	<b>1.415.497,72</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.333.680,01</b>	<b>5.616.493,68</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar	9	196.678,27	175.411,20
Obrigações trabalhistas	10	794.492,33	628.623,15
Obrigações tributárias		18.357,30	18.541,65
Projetos a executar	11	688.899,63	2.937.478,14
<b>Total do circulante</b>		<b>1.698.427,53</b>	<b>3.760.054,14</b>
<b>Não circulante</b>			
Projetos a executar LP		-	<b>329.198,28</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	14	1.527.241,26	998.358,27
Superávit do exercício		108.011,22	528.882,99
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.635.252,48</b>	<b>1.527.241,26</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>3.333.680,01</b>	<b>5.616.493,68</b>

Sergio Pauperio Sério Filho  
Diretor Presidente  
C.P.F. 304.959.398-97

Josimar Santos Alves  
CRC 1SP 253379/O-8  
Monello Contadores  
CRC 2SP 014827/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto da Oportunidade Social - IOS  
 C.N.P.J. 02.449.283/0001-89  
 Demonstração de resultado  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receita das atividades de assistência social</b>			
Receitas de convênios e parcerias públicas	15	2.712.874,06	1.842.459,21
Receitas de convênios e parcerias privadas	16	1.200.776,10	1.307.982,34
		<u>3.913.650,16</u>	<u>3.150.441,55</u>
<b>Despesas das atividades de assistência social</b>			
Despesas com pessoal	17	(4.400.641,24)	(3.935.395,13)
Despesas administrativas e gerais	18	(2.354.708,93)	(1.855.973,97)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias		(2.142,15)	(2.340,88)
Despesas com serviços voluntários	19	(105.392,74)	(93.583,21)
Despesas com projetos conveniados	20	(3.670.289,15)	(2.896.563,47)
		<u>(10.533.174,21)</u>	<u>(8.783.856,66)</u>
<b>Déficit das atividades de assistência social</b>		<b><u>(6.619.524,05)</u></b>	<b><u>(5.633.415,11)</u></b>
<b>Receitas de atividades institucionais e de captação</b>			
Receitas de prestação de serviços	21	313.813,70	345.287,00
Receitas de doações e contribuições	22	6.265.952,13	5.614.512,20
Recuperação de despesas		6.301,36	49.157,77
Receitas com serviços voluntários	19	105.392,74	93.583,21
		<u>6.691.459,93</u>	<u>6.102.540,18</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		48.504,26	70.100,10
Despesas financeiras		(12.428,92)	(10.342,18)
		<u>36.075,34</u>	<u>59.757,92</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>108.011,22</b>	<b>528.882,99</b>

Sergio Pauperio Sérgio Filho  
 Diretor Presidente  
 C.P.F. 304.959.398-97

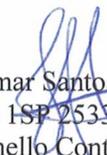
Josimar Santos Alves  
 CRC 1SP 253379/O-8  
 Monello Contadores  
 CRC 2SP 014827/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto da Oportunidade Social - IOS  
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89  
Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	108.011,22	528.882,99
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>108.011,22</b>	<b>528.882,99</b>

Sergio Pauperio Sérgio Filho  
Diretor Presidente  
C.P.F. 304.959.398-97

  
Josimar Santos Alves  
CRC 1SP 253379/O-8  
Monello Contadores  
CRC 2SP 014827/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto da Oportunidade Social - IOS  
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (déficit) do Exercício	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.077.912,94</b>	<b>(79.554,67)</b>	<b>998.358,27</b>
Incorporação à conta patrimônio social	(79.554,67)	79.554,67	
Superávit do exercício		528.882,99	528.882,99
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>998.358,27</b>	<b>528.882,99</b>	<b>1.527.241,26</b>
Incorporação à conta patrimônio social	528.882,99	(528.882,99)	-
Superávit do exercício		108.011,22	108.011,22
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.527.241,26</b>	<b>108.011,22</b>	<b>1.635.252,48</b>

Sergio Pauperio Sérgio Filho  
Diretor Presidente  
C.P.F. 304.959.398-97

  
Josimar Santos Alves  
CRC ISP 253379/O-8  
Monello Contadores  
CRC 2SP 014827/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto da Oportunidade Social - IOS  
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89  
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultados dos exercício</b>	108.011,22	528.882,99
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	391.183,78	344.593,97
Baixa líquida de ativo imobilizado	209.075,54	
Reversão de depreciação e amortização - outros ajustes		(43.651,05)
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<u>708.270,54</u>	<u>829.825,91</u>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Depósitos restritos vinculados a projetos	-	1.340.131,89
Convênios a receber	1.467.840,33	(1.467.840,33)
Adiantamentos	66.640,62	(22.674,59)
Despesas antecipadas	(23.497,24)	(22.082,34)
Outras contas a receber	6.590,00	1.819,83
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Contas a pagar	21.267,07	30.060,75
Obrigações trabalhistas	165.869,18	52.090,87
Obrigações tributárias	(184,35)	(5.888,94)
Projetos a executar	(2.248.578,51)	840.645,69
Projetos a executar LP	(329.198,28)	329.198,28
	<u>(873.251,18)</u>	<u>1.075.461,11</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<u>(164.980,64)</u>	<u>1.905.287,02</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.836.708,81)	(467.539,88)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(1.836.708,81)</u>	<u>(467.539,88)</u>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.001.689,45)</u>	<u>1.437.747,14</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No fim do período	469.422,36	2.471.111,81
No início do período	2.471.111,81	1.033.364,67
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.001.689,45)</u>	<u>1.437.747,14</u>

Sergio Pauperio Sérgio Filho  
Diretor Presidente  
C.P.F. 304.959.398-97

Josimar Santos Alves  
CRC 1SP 253379/O-8  
Monello Contadores  
CRC 2SP 014827/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

## 1 Objetivos sociais

Instituto da Oportunidade Social, também designado pelas siglas “IOS” ou por “*Instituto*”, constituído em 03 de fevereiro de 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, cujo funcionamento é regido pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

O Instituto atua na área da Assistência Social e tem por objetivo o atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social de forma permanente, planejada e contínua para educação, saúde, recreação e trabalho.

Para atendimento de suas finalidades, de acordo com suas especialidades e possibilidades, o Instituto envia esforços visando:

- a) Prover gratuitamente a educação, por meio de programas de treinamento em informática, internet, hardware e noções de cidadania, a fim de capacitar jovens para o mercado de trabalho;
- b) Promover estudos que possibilitem a melhoria das qualidades de saúde e educação da população carente, através de projetos comunitários em geral, em conjunto com estabelecimentos privados ou oficiais;
- c) Patrocinar estudos que objetivem a qualificação do trabalho educacional do menor carente, bem como que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento de cursos profissionalizantes na área de informática;
- d) Atuar como intermediários na obtenção de recursos técnicos e materiais destinados às entidades que atuam no atendimento ao menor carente, bem como o apoio a instituições de ensino de primeiro e segundo graus;
- e) Patrocinar estudos e pesquisas que objetivem o desenvolvimento de estudos científicos ligados às atividades de informática, telecomunicações e projetos comunitários em geral;
- f) Atuar em todas as áreas nas quais possa contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- g) Firmar convênios com entidades nacionais e internacionais que tenham por objetivos estimular a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- h) Prestar serviços, com ou sem prestação pecuniária, em qualquer atividade de apoio a projetos comunitários em geral, em especial no desenvolvimento das atividades de organização formadora de que trata a Lei de Aprendizagem;
- i) Desenvolver Programa sócio-educativo-profissional em articulação com o ensino regular e criar espaços para os educandos identificarem, interiorizarem e vivenciarem os valores positivos inculcando-lhes a autoestima, o espírito de solidariedade complementando a ação educativa do lar, da escola e do trabalho e abrindo a perspectiva de entrar no mundo do trabalho com experiência adquirida para o exercício da cidadania, podendo ainda, desde que atendidas às exigências legais ministrar estágios, cursos regulares de nível fundamental, médio e superior;
- j) Valorizar a família como elo importante do processo de promoção de educação básica atuando no sentido de orientá-la e apoiá-la, procurando sua reorganização e seu ajustamento, sempre que necessário;

- k) Envidar esforços para que a comunidade, as organizações governamentais e não governamentais, o empresariado, órgãos de administração pública conheçam, sintam a importância e participem desse trabalho de formação e ascensão pessoal e social do cidadão do presente;
- l) Realizar e promover a produção, a edição, a impressão e/ou a divulgação de livros, revistas, folhetos, e de qualquer outro tipo de publicação, ou ainda elaboração de documentários em vídeo e o desenvolvimento de programas eletrônicos de qualquer espécie, desde que estes estejam relacionados aos objetivos sociais;
- m) Promover, patrocinar, organizar e realizar programas educativos, seminários, cursos, workshops, convenções, conferências ou quaisquer outros eventos relacionados aos objetivos sociais do IOS;
- n) Comercializar produtos institucionais, próprios ou de terceiros, tais como calendários, livros, apostilas, botons, canetas, entre outros produtos promocionais, visando divulgar os objetivos sociais do IOS.

O Instituto foi qualificado como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme despacho da Secretária Nacional de Justiça (Processo n.º 08001.009536/2004-24).

O Instituto possui os principais registros sociais, que regulamentam a sua atuação social:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – São Paulo), sob o nº 1564/CMDCA/2010, com validade até julho de 2019;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Belo Horizonte), sob o nº 0352/01, com validade até setembro de 2017;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Joinville), sob o nº 062, com validade até novembro de 2019;
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), sob o nº 1661/2011;
- Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), sob o nº 2012-0.173.818-7, com validade até 30 de junho de 2018;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte CMAS-BH inscrição 358 conf. Resolução nº 51 de 09 de dezembro de 2015.
- CNEAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - Belo Horizonte MG
- Conselho Municipal de Assistência Social de Joinville SC conforme Resolução SEI Nº 1318761/2017 - SAS.UAC, Resolução nº 047, de 05 de dezembro de 2017.
- Possui o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE SP) nº 0853/2012;
- Possui o Certificado Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

## 2 Atividades Benéficas de Assistência Social

O Instituto oferece gratuitamente cursos nas áreas de administração e tecnologia da informação, que têm como principais características o ensino da teoria e prática de softwares de gestão empresarial com a inclusão de regras de negócio e conteúdos relacionados à cidadania, empregabilidade e comportamento, além do reforço escolar nas disciplinas de português e matemática.

Em 2017, os cursos oferecidos foram:

- Gestão Empresarial com ERP (presencial e semipresencial)
- Administração de Materiais
- Reabilitando do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social)
- Talentos do Futuro – curso de Tecnologia, programação, implantação e suporte.
- Polos de atendimento – implantação de nossa metodologia em outras organizações sociais, que possibilitou a expansão de nosso atendimento em outras comunidades.

O Instituto oferece programas de capacitação customizada para pessoas com deficiência ou para o público jovem (programas de aprendizagem profissional, entre outros), que são desenvolvidos sob medida para cada empresa e oferecem soluções que facilitam o cumprimento da Lei de Cotas para pessoas com deficiência e Lei da Aprendizagem.

A Empregabilidade é uma das áreas mais importantes do Instituto. Suas ações consistem em apoiar o aluno na busca pelo primeiro emprego formal (ou recolocação no mercado de trabalho) e ainda monitorar o seu caminho pós-contratação. Para realizar essa tarefa, o Instituto oferece uma ampla gama de conhecimentos focados no mercado e preparação técnica e comportamental dos alunos para a conquista do primeiro emprego.

### **a) Aprendizagem:**

Em parceria com as empresas que desejam contratar jovens na condição de aprendizes e com o Ministério do Trabalho e Emprego – em atendimento à Lei da Aprendizagem –, o IOS oferece cursos customizados para os jovens que precisam cursar uma capacitação simultânea à atividade prática de trabalho. Para a empresa que contrata o aprendiz, o Instituto se dedica ainda à solução de quaisquer dúvidas decorrentes das obrigações legais.

### **b) Responsabilidade social:**

O IOS desenvolve Programas de Responsabilidade Social e de Investimento Social Privado direcionado às empresas e organizações que têm interesse em apoiar o Instituto. Os principais programas deste pilar são:

- **Programa de Voluntariado Corporativo** que inclui mentoria, minicursos, *workshops* e palestras.
- **Patrocínio e apoio** de turmas, unidades, cursos diferenciados, infraestrutura material, eventos e projetos customizados.
- **Empregabilidade e Aprendizagem** que incluem a contratação de jovens aprovados da capacitação profissional gratuita e na aprendizagem.

### **c) Atendimentos realizados:**

Nos exercícios de 2017 e 2016 o IOS realizou os seguintes atendimentos:

<i>Programa</i>	<i>Local</i>	<i>Beneficiários</i>	
		<i>2017</i>	<i>2016</i>
Capacitação Profissional	São Paulo	2.187	1.663
Capacitação Profissional	Filiais	1.068	923
Polos atendimento	São Paulo	82	0
IOS Aprendiz – incluindo pessoas com deficiência	São Paulo	150	178
IOS Aprendiz – incluindo pessoas com deficiência	Filiais	82	77
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	São Paulo	102	48
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	Filiais	57	114
<b>Total</b>		<b>3.728</b>	<b>3.003</b>

## **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **3.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002-R1 – “Entidade Sem Finalidade de Lucros”, e posteriores alterações, combinada com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC P ME (R1), requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### **Autorização para emissão e divulgação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em 19/10/2018.

### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

O Instituto não possui operações em moeda estrangeira.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do balanço.

### 3.4 Instrumentos financeiros

O Instituto classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

### 3.5 Apuração do resultado do período

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas decorrentes de doações com encargos, convênios, parcerias públicas e patrocínios de projetos de leis de incentivo fiscal, recebidas na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### 3.6 Adiantamentos

Referem-se a antecipações de férias de funcionários e adiantamentos efetuados a fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá no momento em que ocorrer o seu fato gerador.

### 3.7 Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (assistência médica, vale transporte e vale alimentação) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros que são apropriados ao resultado linearmente conforme prazo de vigência das apólices.

### 3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação, construção ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Instalações	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, ajustados e apropriados, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

### **3.9 Intangível**

O ativo intangível é composto basicamente por programas de computador (*software*). As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

### **3.10 Redução ao valor recuperável**

Os ativos não financeiros, exceto os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Em 2017 e 2016, a Administração do Instituto não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

### **3.11 Contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

### **3.12 Projetos a executar**

O saldo de projetos a executar apresenta adiantamentos recebido dos programas de convênios e parcerias privadas. Os adiantamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com taxa de juros efetiva.

### **3.13 Patrimônio líquido**

Acumula o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
<b>Recursos sem restrição</b>		
Caixa	4.144,77	3.554,78
Bancos conta movimento	166,76	2.174,49
Aplicações financeiras	<u>72.730,97</u>	<u>464.238,25</u>
	<b><u>77.042,50</u></b>	<b><u>469.967,52</u></b>
<b>Recursos vinculados (i)</b>		
Bancos conta movimento	22.085,77	449.365,59
Bancos conta poupança	73,69	251.731,12
Aplicações financeiras	<u>370.220,40</u>	<u>1.300.047,58</u>
	<b><u>392.379,86</u></b>	<b><u>2.001.144,29</u></b>

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário CDI e Fundos de Investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI, e estão sendo demonstradas em equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e pelo fato da administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a sua necessidade de caixa.

(i) Refere-se aos recursos recebidos para realização dos projetos contratados pelos parceiros.

#### 5 Convênios a receber

	2017	2016
Convênios a receber	<u>0,00</u>	<u>1.467.840,33</u>

Refere-se a parceria firmada com a JP Morgan Chase Foundation para o desenvolvimento do projeto Talentos do Futuro IOS. O valor foi integralmente recebido no exercício de 2017.

#### 6 Adiantamentos

	2017	2016
Adiantamentos de férias	78.132,31	130.824,16
Adiantamentos a fornecedores	<u>1.615,43</u>	<u>15.564,20</u>
	<b><u>79.747,74</u></b>	<b><u>146.388,36</u></b>

## 7 Imobilizado

	Movimentação do Imobilizado 2017				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Bx. líquidas	(-) Depreciação	
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	215.328,29	1.505.140,51	(209.075,54)	(36.753,36)	1.474.639,90
Instalações	10.344,49	-	-	(1.769,04)	8.575,45
Máquinas e equipamentos	194.205,64	127.988,40	-	(33.307,12)	288.886,92
Móveis e utensílios	96.638,02	34.452,00	-	(15.780,73)	115.309,29
Veículos	28.718,16	-	-	(10.769,76)	17.948,40
Equipamentos de informática	704.259,59	158.346,46	-	(256.088,73)	606.517,32
	<b>1.249.494,19</b>	<b>1.825.927,37</b>	<b>(209.075,54)</b>	<b>(354.468,74)</b>	<b>2.511.877,28</b>

	Movimentação do Imobilizado 2016				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	(-) Depreciação		
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	226.017,73	-	(10.689,44)		215.328,29
Instalações	12.001,37	-	(1.656,88)		10.344,49
Máquinas e equipamentos	109.229,56	101.927,12	(16.951,04)		194.205,64
Móveis e utensílios	87.824,60	19.081,97	(10.268,55)		96.638,02
Veículos	39.488,24	-	(10.770,08)		28.718,16
Equipamentos de informática	583.209,57	284.448,71	(163.398,69)		704.259,59
	<b>1.057.771,07</b>	<b>405.457,80</b>	<b>(213.734,68)</b>		<b>1.249.494,19</b>

Resumo do ativo imobilizado:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Em 31 de dezembro de 2017	3.561.361,73	(1.049.484,45)	2.511.877,28
Em 31 de dezembro de 2016	2.003.426,97	(753.932,78)	1.249.494,19

As imobilizações ocorridas no exercício de 2017, em Reformas e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, referem-se à reforma civil na nova sede do Instituto, localizada a Av. Gal. Ataliba Leonel, nº 245, Santana, São Paulo.

O saldo líquido remanescente das benfeitorias realizadas no imóvel anterior foi baixado contra resultado, por ocasião do distrato, em agosto de 2017.

## 8 Intangível

	Movimentação do Intangível 2017			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	(-) Amortização	
Cessão de uso de software	166.003,53	10.781,44	(36.715,04)	140.069,93

	Movimentação do Intangível 2016			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	(-) Amortização	
Cessão de uso de software	191.129,69	62.082,08	(87.208,24)	166.003,53

Resumo do ativo intangível:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Em 31 de dezembro de 2017	486.505,85	(346.435,92)	140.069,93
Em 31 de dezembro de 2016	475.724,41	(309.720,88)	166.003,53

## 9 Contas a pagar

	2017	2016
Fornecedores de serviços	182.086,73	134.821,17
Fornecedores de materiais	8.480,21	22.730,15
Credores diversos	6.111,33	17.859,88
	<u>196.678,27</u>	<u>175.411,20</u>

## 10 Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Salários a pagar	81.366,15	70.930,39
Provisão de férias e encargos	503.621,32	339.869,80
Impostos e contribuições trabalhistas a recolher	205.095,00	213.889,66
Outras obrigações com funcionários	4.409,86	3.933,30
	<u>794.492,33</u>	<u>628.623,15</u>

## 11 Projetos a executar

Circulante	2017	2016
JP Morgan Chase Foundation (a)	329.275,98	1.107.362,38
PRONAS - Visão Profissional 2016 (b)	51.869,90	729.509,64
CONDECA Projeto 1400 TS (c)	153.289,64	428.640,06
PRONAS - Inclusão Produtiva 2016 (d)	48.189,25	370.626,82
CONDECA Capacitação Profissional (e)	1.089,04	172.352,87
FUMCAD TC 119/2016 TS (f)	85.180,57	78.867,07
FUMCAD TC 88/2015 (g)	5,25	22.762,56
PRONAC - IOS 18 anos 2016 (h)	20.000,00	20.000,00
CONDECA Estudo Etnográfico (i)	0,00	7.356,74
	<u>688.899,63</u>	<u>2.937.478,14</u>

(a) O investimento social privado doado pela JP Morgan Chase Foundation, direcionado para o Projeto Talentos do Futuro, tem como objetivo a capacitação profissional de aproximadamente 260 jovens de menor renda, estudantes ou concluintes do ensino médio, com formação para Tecnologia da Informação. O projeto foi assinado em outubro de 2016, com prazo de duração até junho de 2018.

- (b) Instituído pela Lei nº 12.715/2012, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) é um programa implantado pelo Ministério da Saúde para incentivar ações e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos no campo da oncologia e da pessoa com deficiência.

O IOS teve a aprovação do projeto “Visão Profissional”, publicado no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2015, através da Portaria 1.035, de 09 de dezembro de 2015. O objetivo do projeto é possibilitar as adaptações necessárias para oferecer o Programa IOS de Capacitação para Pessoas Cegas, com foco em administração e tecnologia da informação, a fim de facilitar o ingresso e reingresso deste público no mercado de trabalho.

- (c) Termo de convênio firmado em 29 de novembro de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Inovação Pedagógica e Franquia Social com recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto foi prorrogado por ofício até 30/06/2018.
- (d) O projeto “Inclusão Produtiva de Pessoas com Deficiência”, também aprovado pelo PRONAS, através da Portaria 1.035 de 09 de dezembro de 2015, visa oferecer o Programa IOS de Capacitação para pessoas com deficiência, com foco em administração e tecnologia da informação, a fim de facilitar o ingresso e reingresso deste público no mercado de trabalho e promover o relacionamento dos alunos com empresas privadas, atuando como facilitador para a conquista de uma oportunidade de emprego. A liberação do recurso ocorreu em 19 de agosto de 2016, momento em que ocorreu o início da execução do projeto.
- (e) Termo de convênio firmado em 10 de agosto de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Capacitação Profissional Para Estudantes e Pessoas com Deficiência na Área da Tecnologia de Informática, om recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O período de execução será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato (processo 443/2016). O convênio teve sua prorrogação por mais doze meses.
- (f) Termo de convênio firmado em 06 de dezembro de 2016, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “IOS Renovação Pedagógica e Franquia Social”. O convênio vigorará pelo período de doze meses, a partir de 16 de dezembro de 2016. O convênio teve sua prorrogação por mais seis meses.
- (g) Termo de convênio firmado em 26 de novembro de 2015, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “Inclusão Produtiva de Jovens e Pessoas com Deficiência em Áreas Urbanas”. O convênio vigorará pelo período de vinte e quatro meses, a partir de 01 de dezembro de 2015, sendo sua finalização em novembro/2017.
- (h) Pronac 157524 aprovado pelo Ministério da Cultura em 09 de dezembro de 2015, refere-se ao Projeto “Intervenções em primeira pessoa: Um Estudo Etnográfico Sobre Resgates de Cidadania”.

O projeto tem como objetivo principal registrar através de um documentário, o estudo etnográfico a partir de histórias de pessoas que participaram de um processo cultural de transformação realizando um compartilhamento de experiências de vida de jovens e de pessoas com deficiência com a sociedade, retratando, por meio de técnicas que apresentem o olhar dos entrevistados, suas rotinas, diárias e suas histórias de transformação. Não houve movimentação no projeto nos exercícios de 2016 e 2017. O Instituto aguarda deliberação do Ministério para devolução do recurso.

- (i) Termo de convênio firmado em 10 de agosto de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Um Ponto de Virada: Um Estudo Etnográfico com recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O período de execução será de 06 (seis) meses a partir da data de assinatura do contrato, (processo 400/2016).

## 12 Provisão para contingências

A Administração do Instituto, respaldada pela representação de seus assessores jurídicos não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda ou divulgação nas demonstrações financeiras.

## 13 Aspectos fiscais

- (a) Imunidade tributária: O Instituto enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A imunidade tributária refere-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- (b) CSLL: O Instituto não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits do Instituto, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.
- (c) Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o Programa de Integração Social (PIS) e da Quota Patronal do INSS, ambos incidentes sobre a folha de pagamento e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidente sobre a receita de prestação de serviços.

## 14 Patrimônio Líquido

O Patrimônio social acumula superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.

O resultado do exercício é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002-R1 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Em caso de dissolução o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

## 15 Receitas de convênios e parcerias públicas

	2017	2016
CONDECA	1.315.303,90	856.523,40
FUMCAD	782.665,70	699.369,65
PRONAS	614.904,46	274.551,97
FID	0,00	12.014,19
	<u>2.712.874,06</u>	<u>1.842.459,21</u>

A receita de convênios é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na Nota Explicativa 10.

## 16 Receitas de convênios e parcerias privadas

	2017	2016
HSBC	0,00	1.276.702,67
JP Morgan Chase Foundation	1.200.776,10	31.279,67
	<u>1.200.776,10</u>	<u>1.307.982,34</u>

A receita de convênios é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na Nota Explicativa 10.

## 17 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	(3.463.953,64)	(2.885.550,84)
Encargos sociais	(1.363.781,04)	(1.107.585,25)
Benefícios	(1.379.630,63)	(1.110.545,60)
Provisões de férias, 13º salário e encargos	(1.085.297,27)	(840.522,04)
Estagiários /aprendizes	(111.433,12)	(56.192,92)
Outras remunerações	(72.379,43)	(35.346,67)
Despesas com pessoal apropriadas nos projetos (nota 20)	3.075.833,89	2.100.348,19
	<u>(4.400.641,24)</u>	<u>(3.935.395,13)</u>

## 18 Despesas administrativas e gerais

	2017	2016
Serviços profissionais de terceiros P.J.	(954.850,20)	(918.909,87)
Depreciação / amortização	(391.183,78)	(344.593,97)
Eventos e propagandas	(208.544,41)	(266.635,82)
Materiais de consumo	(350.585,39)	(301.792,24)
Despesas com ocupação de imóveis	(222.372,62)	(236.820,77)
Serviços profissionais de terceiros P.F.	(75.959,10)	(81.870,86)
Doações a projetos parceiros	(105.880,00)	(103.334,70)
Utilidades e serviços	(178.385,38)	(125.070,62)
Viagens	(31.285,70)	(80.310,20)
Seguros	(16.237,88)	(19.893,40)
Outras despesas administrativas	(204.804,19)	(172.956,80)
Outras despesas resultado na baixa de imobilizado	(209.075,54)	(0,00)
Desp. administrativas apropriadas nos projetos (nota 21)	594.455,26	796.215,28
	<u>(2.354.708,93)</u>	<u>(1.855.973,97)</u>

## 19 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002-R1, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários de sua diretoria estatutária, durante os exercícios de 2017 e 2016.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2017 e 2016, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, no montante de R\$ 105.392,74 (R\$ 93.583,21 em 2016), sem efeito no resultado do exercício.

## 20 Despesas com programas e projetos conveniados

	2017	2016
JP Morgan Chase Foundation	(1.160.176,10)	(31.279,67)
CONDECA	(1.159.943,60)	(636.763,55)
FUMCAD	(735.264,99)	(692.722,34)
PRONAS	(614.904,46)	(268.031,98)
HSBC	(0,00)	(1.255.751,74)
FID	(0,00)	(12.014,19)
	<u>(3.670.289,15)</u>	<u>(2.896.563,47)</u>

## 21 Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Receita de prestação de serviços	330.902,89	363.460,00
(-) Impostos	(17.089,19)	(18.173,00)
	<u>313.813,70</u>	<u>345.287,00</u>

Refere-se a cobrança efetuada às empresas parceiras (Pessoa Jurídica) pela capacitação e cursos ministrados aos aprendizes.

Destaca-se que os treinamentos ministrados aos aprendizes, pelo Instituto, são custeados integralmente pelas empresas parceiras (Pessoa Jurídica) não recaindo nenhum ônus aos usuários que participam dos programas, que são feitos de modo inteiramente gratuito.

## 22 Receitas de doações e contribuições

	2017	2016
Doações de pessoas jurídicas	6.072.811,20	5.523.262,78
Doações de cooperadores diversos	103.684,75	84.634,17
Doações em gêneros	89.456,18	0,00
Créditos de nota fiscal paulista	0,00	6.215,25
Doações de pessoas físicas	0,00	400,00
	<u>6.265.952,13</u>	<u>5.614.512,20</u>

## 23 Partes relacionadas

O IOS não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores do Instituto, bem como seus conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

## **24 Cobertura de seguros**

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

## **25 Compromissos**

O Instituto firmou Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, em 17 de novembro de 2016, com prazo de 20 anos, sendo seu término previsto em 16 de novembro de 2036.

As partes ajustam que, se o Instituto desejar entregar o imóvel após decorridos pelo menos 10 (dez) anos do início da presente locação, não haverá incidência de multa em razão da rescisão antecipada.

Conforme determinado na cláusula décima terceira do contrato, a locação destina-se exclusivamente para Uso Não Residencial, sendo especificamente para que o Instituto ministre no local suas aulas, cursos, palestras, promova eventos, bem como, para que exerça as demais atividades educacionais previstas no seu estatuto social, ficando vedado a mudança ou desvirtuamento da utilização da presente locação sem o expresso e inequívoco consentimento por escrito dos locadores, sob pena de rescisão do presente contrato.

O primeiro aluguel será pago a partir de janeiro de 2018, no valor mensal de R\$ 25.000,00, reajustado anualmente nos meses de janeiro dos anos subsequentes, através do índice IGP-M, editado pela FGV, ou na falta deste, pelo maior índice de correção do aluguel que estiver vigente à época.

## **26 Eventos subsequentes**

O Instituto da Oportunidade Social obteve investimento social privado realizado pela DELL Computadores do Brasil, direcionado para o projeto IOS Program Training, que promoverá capacitação profissional de jovens em Hortolândia e Porto Alegre, durante os exercícios de 2018 e 2019, conforme contrato assinado em janeiro de 2018. O aporte para esse projeto foi realizado dia 26/01/2018, no valor de R\$ 800.924,80.

Sergio Pauperio Sérgio Filho  
Diretor Presidente  
C.P.F. 304.959.398-97

  
Josimar Santos Alves  
CRC 1SP 253379/O-8  
Monello Contadores  
CRC 2SP 014827/O-0